

EM TEMPOS DE PANDEMIA – BIOPOLÍTICA, POLÍTICA INTERNACIONAL E EXCEÇÃO HUMANA

Davi Maranhão De Conti

Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Goiás (2019). Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (2010) e em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2008).

Resumo: Neste artigo buscamos lançar luz sobre o debate político-filosófico acerca da pandemia ocasionada pelo COVID-19. Partindo dos textos de consagrados autores, como Giorgio Agamben, Slavoj Žižek, Byung-Chul Han e Emanuelle Coccia, esforçamo-nos em apresentar um panorama da questão. Para isso partimos de uma análise acerca dos efeitos da pandemia sobre a sociedade, considerando as estratégias políticas por trás da contenção do vírus. Em seguida, avançamos em direção a um tratamento metafísico da questão: a pandemia reforça a necessidade de um novo olhar sobre a tese da exceção humana, que estabelece uma hierarquia rígida entre as espécies e alça o homem ao topo dessa hierarquia.

Abstract: In this article we seek to shed light on the political-philosophical debate about the pandemic caused by COVID-19. Considering the texts of renowned authors, such as Giorgio Agamben, Slavoj Žižek, Byung-Chul Han, and Emanuelle Coccia, we try to present an overview of the issue. For that purpose, we start from an analysis about the effects of the pandemic on society, considering the political strategies behind the containment of the virus. Then, we move towards a metaphysical treatment of the issue: the pandemic reinforces the need for a new look at the thesis of human exception, which establishes a rigid hierarchy between species and raises man to the top of that hierarchy.

A pandemia provocada pelo COVID-19 evidencia a importância do conceito de biopolítica para compreendermos o modo como somos governados. O controle que ora se estabelece de modo evidente sobre a população tomada como corpo coletivo alude à característica central da noção de biopolítica. Não demora para que se obtenha dados a

respeito de qual esfera da população é mais vulnerável, bem como o índice de mortalidade relativo aos diversos intervalos de idade. Viabiliza-se que o próprio fenômeno se revele. O desdobramento “natural” dos eventos garante que logo se estabeleça quais são os grupos de risco. O *modus operandi* do governo de matriz liberal é o *laissez-faire*, que abre caminho para que a vida revele o conteúdo que em seguida deve orientar a tomada de decisão política.

Conclamar o povo às ruas é a estratégia biopolítica por excelência, aproxima-se da ideologia do nacional socialismo alemão, que não pregava apenas a morte do outro, da “raça inferior”, mas também dos próprios alemães, que se fortaleceriam por meio da guerra, que ceifaria a vida dos mais fracos. O convite às ruas não significa apenas a morte do outro, neste caso sobretudo os idosos, mas a morte de cada um. Em última análise, a morte do outro e mesmo a minha representariam um incremento da vida. A morte perde sua negatividade, torna-se produtiva, positiva, a morte do outro, do ser mais fraco, representa uma purificação da vida, que se torna mais sã ao final do processo.

Além de tornar evidente o mecanismo fundamental da biopolítica, que toma a vida simultaneamente como objeto e fundamento das estratégias de governo, o COVID-19 reforça o fato de que, como explica Foucault, a biopolítica não substitui o poder disciplinar ou o poder soberano. Essas racionalidades de poder se sobrepõem, elas não se extinguem. O fechamento de fronteiras e as medidas de isolamento social adotadas em razão da pandemia expõem não o teor biopolítico da ação governamental, mas seu conteúdo soberano-disciplinar. Vem à tona o território como elemento definidor do Estado, característica elementar do poder soberano, e também se estabelece um controle mais estrito sobre os comportamentos, o que remete ao poder disciplinar enquanto ortopedia social.

O COVID-19, entretanto, não explícita apenas os mecanismos soberanos, a estratégia disciplinar e os contornos biopolíticos da ação governamental. Byung-Chul Han (2020), em texto recente publicado no periódico *El País*, faz referência a uma “biopolítica digital”, noção que denotaria o uso da tecnologia, sobretudo pelos governos da China e da Coreia do Sul, para a contenção do vírus. Em razão dessa “biopolítica digital”, que define um controle biológico por meio da tecnologia, esses países teriam sido capazes de debelar a pandemia de modo mais eficiente. Essa capacidade de contenção da disseminação – que conta sobretudo com os celulares, as câmeras de monitoramento com reconhecimento facial e as pistolas de medição de temperatura –, envolve um controle bastante amplo da sociedade. Han, que no início de seu texto reforça o valor dessas medidas para que se supere a pandemia, teme que a eficácia de alguns países asiáticos na contenção do vírus sirva como

fundamento para a adoção por tempo indeterminado desses mesmos mecanismos de controle nas democracias ocidentais.

Mais importante do que reconhecer as estratégias governamentais é perceber, como o faz Alain Badiou (2020) no texto “Sur la situation épidémique”, que algo como uma pandemia é incapaz de por si própria viabilizar uma transformação política. Ainda é cedo para dimensionar as consequências econômicas e sociais da pandemia, mas o vírus não traz qualquer solução política para os problemas enraizados. O vírus não é uma panaceia para os problemas sociais, pelo contrário, pode agravar os problemas que há muito nos acompanham. A despeito de ser um fenômeno de consequências políticas profundas, o vírus não carrega o signo da revolução.

Badiou mostra-se bastante cético em relação a qualquer possível transformação decorrente da pandemia. Para o autor, a obrigação de distanciamento social é não apenas justificável, como também não requer qualquer exame mais profundo. A epidemia, conforme Badiou, “dissolve por todos os lados a atividade intrínseca da razão” (Badiou, 2020: 70). A despeito de rejeitar a novidade do vírus, Badiou percebe no isolamento, no interlúdio epidêmico, um momento para formular novas ideias políticas, para refletir, mas isso não dependeria apenas do vírus. Além disso, o filósofo crê que a pandemia reforça as mídias sociais como um lugar de propagação de uma paralisia mental tacanha.

As medidas adotadas para a contenção do vírus denotam um reforço do nacionalismo, que se acompanha de uma intensificação da xenofobia. Mais do que isso, o isolamento social, como nota Agamben (2020b) no texto “Contágio”, exacerba o temor em relação ao outro de modo geral. O outro simboliza o risco de contágio. Além da distância que se deve assegurar para que não haja risco de contágio, o “inimigo”, aquele que pode colocar-me em contato com o vírus não é apenas o outro, mas também eu mesmo. Posso representar um risco para os outros e para mim. Minhas mãos tornaram-se armas letais, que devem ser mantidas afastadas de meu rosto. Para Agamben (2020c), em *Reflexões sobre a peste*, após passada a pandemia, qualquer um que haja mantido o mínimo de clareza não poderá viver como antes.

O filósofo italiano teme que esse “novo normal” – que é como os chineses denominam a lenta volta às ruas –, chegue para ficar. Agamben aponta para o que pode ser considerado a *débâcle* da ideia de comunidade. O distanciamento social, seguido pelas medidas de controle, pode tornar-se perene. Desse modo, abre-se mão de qualquer ideia de coletividade para que se deixe impor a sobrevivência a qualquer custo: a dissolução dos vínculos reais entre as pessoas, o império de uma realidade ainda mais virtual. Para o

filósofo, como explica em seu mais recente texto sobre o tema, intitulado “Distanciamento social”, isso não significa, como se poderia acreditar, uma intensificação do individualismo, mas antes a conformação de uma massa rarefeita e passiva.

Se poderemos ou não voltar a viver como antes dependerá não apenas de nós, como também das consequências geopolíticas da crise que atravessamos. É possível que, em vez de reforçar instituições internacionais como a Organização Mundial de Saúde em um esforço de coordenação política internacional, os países intensifiquem as medidas autoritárias e chauvinistas. Um reforço das medidas de caráter nacionalistas representaria um duro golpe em uma já combatida estrutura política internacional.

Na dimensão política internacional, o vírus revela uma duplicidade. Por um lado, aponta para a necessidade de uma maior cooperação entre os países para a contenção da disseminação, por outro, reforça as decisões de isolamento entre os países. As consequências do vírus dependem também das autoridades políticas, que devem ser capazes de encontrar soluções que não dilapidem ainda mais a fragilizada ideia de uma sociedade internacional, que não aprofundem ainda mais a hierarquia entre as nações. A hierarquização entre as nações, a centralização de poder, é improdutiva do mesmo modo que o estabelecimento de hierarquias rígidas entre as espécies que compõem a natureza. A interdependência entre os países evidencia-se quando um vírus rapidamente espalha-se pelo mundo. Reforçar o nacionalismo é uma forma de rejeitar as lições que a pandemia traz consigo.

O envio de médicos chineses à Itália, bem como o tratamento de alguns pacientes italianos pelo sistema de saúde alemão, não são medidas suficientes para que se creia em um reforço do cosmopolitismo após o fim da pandemia. As medidas de auxílio entre os países representam exceções dentro da variada gama de ações de cunho nacionalista. A humanidade não se reconhece como uma coletividade. A ideia de um cidadão do mundo sofre importante revés. Os países realizam enormes esforços para resgatarem seus cidadãos, enquanto diversos cruzeiros restam à deriva com sua tripulação multinacional.

Para Han (2020), o excesso de positividade que caracteriza nosso tempo diz respeito também ao fluxo incessante de informações e pessoas. Ele acredita que o vírus traz de volta a negatividade da resistência em um tempo simbolizado pela intensa mobilidade. A cultura da positividade, que conforma uma mobilidade hiperbólica, ampliada continuamente pelo virtual, deve enfrentar um vírus real. A resistência da realidade impõe-se a uma sociedade marcada pelo excesso de positividade. Para Žižek (2020), como afirma em seu texto “Coronavírus é um golpe no capitalismo ao estilo ‘Kill Bill’”, a obscenidade dos grandes

cruzeiros que atracam pelos portos do mundo não é algo de que devamos nos sentir mal em nos despedirmos.

O COVID-19 não tem apenas consequências políticas, realça uma transformação metafísica. A formulação metafísica que separa os homens da natureza e estabelece o princípio da exceção humana se enfraquece diante da pandemia. A divisão entre espécies que alça o ser humano a uma posição de destaque se baseia não apenas na definição do homem como único ser racional, detentor de alma, como também em sua supostamente exclusiva capacidade destrutiva. O vírus, como nota Emanuelle Coccia (2020) em recente entrevista, também possui enorme força destrutiva, nem isso é algo exclusivo ao ser humano. O homem não é uma vida fechada sobre si mesma, representa antes uma multiplicidade de seres. Como lembra o filósofo italiano, 8% de nosso DNA tem origem viral. Cerca de 100 bilhões de bactérias de diferentes espécies habitam o corpo de cada ser humano, são mais de 10 vezes o número de células de nosso corpo. Não somos uma espécie alheia às demais, nossa estrutura molecular possui mesmo algo de mineral.

Coccia (2020) faz notar que a natureza não é o reino do equilíbrio perpétuo, mas um espaço de invenção permanente em que a todo instante se migra de um corpo a outro. A morte portanto não representa o fim da vida. Somos os cemitérios de diversas das mais diferentes espécies de seres. A morte significa transformação, nosso corpo futuramente será o alimento de outros organismos. O vírus, mesmo incapaz de alcançar a reputação de ser vivo, é capaz de inovar. A despeito de sua posição na árvore da evolução, ele pode provocar uma transformação colossal.

A relação de continuidade entre os diversos seres anula a separação entre espécies e mesmo a divisão entre seres orgânicos e inorgânicos. Uma metafísica que faça jus a essa mudança no modo de perceber a vida humana deve ser uma metafísica da mistura, isto é, uma metafísica capaz de assinalar a imbricação entre os muitos entes que compõem a natureza. Essa metafísica fornece um novo modo de perceber a morte, que deixa de significar o fim de uma existência e passa a aludir a uma metamorfose. Coccia convida-nos a abandonarmos a ideia da vida como um absoluto, a qual é acompanhada por uma rejeição da morte. A vida passa de um corpo a outro, de uma espécie a outra, o nascimento não é o início da vida e nem a morte será o seu fim.

Ainda que o vírus não represente por si só uma transformação, realça o campo semântico de novos conceitos aptos a iluminarem as estratégias políticas. O vírus torna evidente a sobreposição de soberania, poder disciplinar e biopolítica. Não há um apagamento de qualquer dessas racionalidades de poder frente ao surgimento de novos

mecanismos de controle. O campo de significado da política contemporânea requer a formulação de novas categorias, como a de “biopolítica tecnológica”, capazes de lançarem luz sobre as estratégias de governo. Além de aguçar as análises acerca do poder, o vírus favorece um novo modo de pensar a vida e a morte, que não mais seriam percebidas em sentido absoluto, antes seriam mutuamente relativizadas pela decifração de sua relação contínua e sem demarcação precisa.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. “La invención de una epidemia”. Buenos Aires: Editorial ASPO, 2020.

AGAMBEN, G. “Contagio”. Buenos Aires: Editorial ASPO, 2020b.

AGAMBEN, G. “Reflexiones sobre la peste”. Buenos Aires: Editorial ASPO, 2020c.

AGAMBEN, G. “Distanziamento sociale”. Roma: Quodlibet, 2020d.

BADIOU, A. “Sobre la situación epidêmica”. Buenos Aires: Editorial ASPO, 2020.

COCCIA, E. Le vírus est une force anarchique de métamorphose, *Il Blog di Pierluigi Piccini*: 27/03/2020. Disponível em <<https://pierluigipiccini.it/emanuele-coccia-le-virus-est-une-force-anarchique-de-metamorphose/>>

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). 2ª. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *História da Sexualidade*: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Volume I.

_____. *Nascimento da Biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Segurança, Território, População*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAN, B. “La emergencia viral y el mundo de mañana”. Buenos Aires: Editorial ASPO, 2020.

MUHLE, M. A Genealogy of Biopolitics: the notion of life in Canguilhem and Foucault. In: LEMM, V; VATTER, M. (Eds.). *The Government of Life*: Foucault, Biopolitics and Neoliberalism. Nova Iorque: Fordham University Press, 2014.

ZIZEK, S. “El coronavirus es un golpe al capitalismo a la Kill Bill...”. Buenos Aires: Editorial ASPO, 2020.